

ÁGUA QUENTE



Órgão de Comunicação interno do SINDISAN - ANO XXVII - Nº 1155 | Aracaju/SE, terça-feira, 28 de março de 2017

RUA MAL. DEODORO 1012 E 1024 - ARACAJU/SE - CEP: 49055 400 - TEL. : (79) 3214 3650 - FAX: (79) 3211 1517
Home page: www.sindisan.org.br | E-mail: sindisan.se@gmail.com

MARCHA HISTÓRICA!

Mais de 2 mil vão às ruas contra a privatização da Deso

O 22 de março, Dia Mundial da Água, em Sergipe, terá um outro significado depois do ato realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Sergipe (SINDISAN) nesta data, ao qual se somaram várias categorias de trabalhadores, da cidade e do campo, e várias representações do movimento social e sindical contra a privatização da DESO, em defesa da água e contra as reformas previdenciária e trabalhista.

Mais de duas mil pessoas participaram do ato, que começou na entrada da sede da Companhia, logo cedo. Convencidos pelo sindicato, os servidores paralisaram as atividades para protestar contra a proposta do Governo do Estado de privatizar a DESO através do BNDES.

“Muito importante essa unidade dos trabalhadores, das várias categorias, para mostrar ao governador Jackson Barreto que essa luta contra a privatização da DESO não é só do SINDISAN, mas de todos os trabalhadores e de toda a sociedade sergipana”, afirmou Sérgio Passos, presidente do SINDISAN.

PELAS RUAS DE ARACAJU

Após o ato na porta da DESO, os trabalhadores e os movimentos sociais seguiram, em marcha, saindo da rua Campo do Brito em direção à Assembleia Legislativa de Sergipe. No caminho, foram várias as falas de apoio à luta contra a privatização da água e da DESO, como também contra as refor-

mas da Previdência, trabalhista e da educação. Muitos professores das redes públicas de ensino de Aracaju e do estado, em greve nacional, se somaram à manifestação.

“No Dia Internacional da Água, onde o mundo inteiro luta pelo direito a água, os professores e professoras em greve se solidarizam com a luta dos companheiros do SINDISAN contra a privatização da água, que é essencial para a sobrevivência e é um bem público”, falou a presidenta do SINTESE, Ivonete Cruz.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Sergipe, Rubens Marques, o ato entra para a história das lutas sociais no estado, pela força e pela unidade que conseguiu produzir entre as várias representações de categorias de trabalhadores, da cidade e do campo, e movimentos sociais.

“Não tenho dúvida que este ato de hoje entra para a história das lutas dos trabalhadores sergipanos. A direção do SINDISAN está de parabéns pela luta e pelo trabalho de mobilização que fez junto à categoria e junto a outros setores. O povo está nas ruas, contra a privatização da DESO e contra as políticas que querem destruir direitos sociais e trabalhistas. É uma resposta ao governador Jackson Barreto e ao governo golpista de Temer. E as manifestações vão continuar, até que ele recuem”, destacou o presidente da CUT-SE.

Ao final do ato, na Praça Fausto Cardoso, uma comissão seguiu até a

Assembleia Legislativa para entregar ao presidente da Casa, o deputado Luciano Bispo (PMDB), o “Manifesto Contra a Privatização da DESO” assinado por 30 entidades. O presidente recebeu o manifesto.

“Esperamos que o manifesto chegue até o governador Jackson Barreto para que ele repense essa proposta de privatização da DESO, porque ela será prejudicial ao povo sergipano, em especial, para a população mais pobre”, disse Sérgio Passos.



▲ MUITA LUTA Trabalhadores na porta da Deso. Manifestação seguiu pelas ruas do Centro de Aracaju até a Praça Fausto Cardoso

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Direção do SINDISAN esteve na Câmara Municipal de Aracaju

O presidente do SINDISAN, Sérgio Passos, esteve, na terça-feira, 21, véspera do Dia Mundial da Água, na Câmara Municipal de Aracaju, onde debateu, em Tribuna Livre, o tema “DESO como Companhia Pública: garantia aos sergipanos do direito humano de acesso à água”. A ação foi articulada, desde o mês de janeiro, entre o mandato do Vereador Iran Barbosa (PT) e os dirigentes do sindicato.

Durante a sua exposição, Sérgio Passos alertou para o momento crítico pelo qual passa a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) ante a ameaça de privatização, intenção já manifestada pelo Governador Jackson Barreto e encaminhada pelo seu governo ao BNDES, que está tomando a frente do processo.

“Agradecemos pelo espaço para tratar desses dois assuntos, que são de suma importância, que é a possível venda da DESO e a questão da água. É muito importante um debate aberto com a sociedade sobre a importância da água e a importância da DESO para os sergipanos”, explicou Passos.

O sindicalista apontou que cerca de 180 cidades importante do mundo, a maioria de países desenvolvidos, entre as quais Atlanta e Indianápolis, nos Estados

Unidos, Paris, Budapeste, Belim, Roma e Buenos Aires, e mais recentemente, a cidade de Itu, no interior de São Paulo, retomaram da iniciativa privada as concessões de água e saneamento pelo fracasso da experiência privatista. “Então, se 180 cidades estão remunicipalizando esses serviços, como isso pode dar certo aqui?”, indagou Passos.

O presidente do SINDISAN lembrou que a Lei Orgânica do Município de Aracaju assegura que a concessão dos serviços de saneamento básico só poderá ser dada a uma empresa pública, vedando essa entrega à iniciativa privada. “É uma lei bastante avançada e que deve ser preservada. Sem Aracaju, nenhuma empresa vai querer comprar a DESO”, disse, ressaltando que devido à riqueza aquífera do Brasil (que detém 12% da água doce potável do mundo), multinacionais poderosas, como a Nestlé e a Coca Cola, além de grandes empresas de capital nacional, como a Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez (todas envolvidas na Lava Jato) estão de olho nas empresas públicas de saneamento para se apossarem dessa riqueza que é a água.

“Estamos levando esse debate para todos os cantos do estado e conclamamos os vereadores e toda a sociedade para defenderem a DESO como patrimô-

nio público do povo sergipano, como uma empresa viável, que opera em 73 municípios e que presta um serviço estratégico e muito importante, principalmente para a população mais carente. Hoje, uma família de baixa renda paga de tarifa social R\$ 15,40 por 10 mil litros de água tratada. Eu pergunto: se a DESO for privatizada, essa tarifa social vai existir ou quem vai subsidiá-la?”, questionou o presidente.

APOIO DOS VEREADORES

O apoio dos vereadores aracajuanos à luta do SINDISAN foi praticamente unânime. Mesmo com pequenas e pontuais críticas aos serviços prestados pela DESO, a maioria dos parlamentares declarou posição contrária a qualquer forma de privatização da Companhia. Não se ouviu nenhuma manifestação a favor.

“A Câmara não poderia ficar de fora deste debate, tão profundo e tão necessário à população aracajuana e de todo o nosso Estado. Minha posição é e sempre será contrária à privatização da DESO ou de qualquer patrimônio público”, destacou o vereador Iran Barbosa, que parabenizou toda a direção do SINDISAN pela luta em defesa da DESO e dos seus trabalhadores.



▲ Sérgio Passos usou a tribuna do legislativo municipal para tratar da privatização da DESO



▲ Trabalhadores da DESO estiveram presentes

NOVO ATAQUE

Câmara Federal vira as costas para o trabalhador e aprova terceirização

De forma sorrateira, deputados federais da base aliada do governo golpista de Michel Temer aprovaram, na última quarta-feira (22), o Projeto de Lei (PL) 4.302/98, que derruba a limitação legal de que a terceirização não pode atingir a atividade-fim das empresas e órgãos públicos. Para além disso, o Projeto aprovado, que segue para sanção presidencial, cria outras normas de regulamentação do trabalho temporário, o que elimina, de fato, inúmeros direitos dos trabalhadores, vigentes desde a aprovação da CLT (Consolidação das Legislação Trabalhista), na década de 40. Além disso, na prática, acaba com a necessidade de concurso para ingresso na carreira pública.

Os deputados sergipanos que votaram a favor da terceirização sem limites foram André Moura (PSC) e o empresário do ramo de terceirizações Laércio Oliveira (SD), que aliás, foi o relator do projeto, algo surreal, já que ele tinha interesse direto na matéria.

A ausência de mobilização nas ruas facilitou o trabalho dos deputados golpistas. A rapidez da aprovação da matéria só confirma a tese de que quando não há povo nas ruas, o Congresso Nacional fica à vontade para votar os projetos defendidos pelo governo Temer, pelos grandes empresários e pelos interesses do grande capital internacional contra os trabalhadores.

Os golpistas “desenterraram” o PL 4302, que tramitava na Câmara há quase 20 anos, desde o famigerado governo FHC. O texto aprovado foi um substitutivo de 2002, do senador Edison Lobão (PMDB-MA). O projeto original, foi aprovado na Câmara em 2000. No ano seguinte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou uma mensagem de retirada do PL 4.302, que não foi lida, e o projeto ficou “sepultado”, até ser “ressuscitado” no final do ano passado.

Há dois anos, a Câmara aprovou o PL 4.330, que também trata da terceirização. No Senado (como PL 30), o texto tramita tendo como relator Paulo Paim (PT-RS). Com o golpe, a direita reacionária viu no PL 4.302 a oportunidade de impor um “atalho” para aprovar as propostas sobre terceirização e introduzir outras mudanças em discussão nas chamadas “reformas” da Previdência e trabalhista.

O governo Temer não vai descansar enquanto não destruir por completo todos os direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros em décadas de luta. Se não houver reação da classe trabalhadora nem da população, os golpistas ficarão mais do que à vontade para aprovar outros projetos que farão com que o país retroceda 60 anos e voltemos a trabalhar apenas por salário (rebaixado), sem qualquer outra garantia a mais.

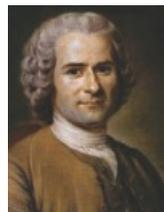
GREVE GERAL

Contra projeto da terceirização, só a paralisação

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) anunciou uma greve geral para abril e mobilização nacional no próximo dia 31 contra o projeto de lei que libera a terceirização de todas as atividades das empresas, aprovado, a toque de caixa, no último dia 22, no plenário da Câmara dos Deputados.

Sindicato com milhares de trabalhadores associados, filiados e em sua base, a CUT pretende “denunciar o golpe promovido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM)”, o que chamaram de “manobra espúria” como diz em nota de repúdio divulgada pela Central.

“Rodrigo Maia, pressionado pela CUT e outras centrais sindicais, havia se comprometido em 13 de março passado a suspender a votação do PL 4302 por pelo menos 30 dias, para que o debate sobre a terceirização pudesse ser feito em toda a sua dimensão. Num verdadeiro “passa moleque”, o presidente da Câmara não honra o compromisso assumido com as centrais e submete a voto um PL que é, na prática, uma mini-reforma trabalhista regressiva que permite a terceirização de todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras, atacando todos os seus direitos como férias, 13º Salário, jornada de trabalho, garantias de convenções e acordos coletivos”, diz a nota da CUT.



“Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém.”

(Jean-Jacques Rousseau)

PREVIDÊNCIA

79% não se aposentariam se reforma de Temer estivesse em vigor no país

Caso já estivessem em vigor, as mudanças promovidas pela PEC 287, Proposta de Emenda à Constituição do presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB) que promove a reforma da Previdência Social, impediria a 79% dos brasileiros acessarem a aposentadoria. E isso somente em 2015.

O levantamento foi apresentado pela pesquisadora do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Patrícia Pelatieri, durante audiência pública contra o fim da aposentadoria que ocorreu no último dia 22, em São Paulo.

Segundo ela, a proposta favorece a desigualdade e ataca a renda ao atingir atuais e futuros contribuintes, reduzirá os valores dos benefícios, aumentará o tempo de acesso e tratará de maneira igual brasileiros e brasileiras que convivem com condições desiguais com diferença de região, gênero, além dos segmentos urbano, rural, público e privado.

A pesquisadora do Dieese rebateu os principais pontos da reforma e apontou os prejuízos que causam. Atualmente, é possível ter acesso ao benefício por tempo de contribuição (35 para homens e para 30 mulheres), invalidez (casos de acidente de trabalho que deixam invalidez permanente) e por idade (65 para homens e 60 para mulheres, caso dos trabalhadores urbanos, e 60 e 55 anos, respectivamente, para os rurais).

A proposta de Temer estabelece limite de 65 anos para todos os gêneros. No caso dos rurais, portanto, amplia em 10 anos. Acaba ainda com a possibilidade de aposentadoria proporcional ou por contribuição.

O problema é que, de acordo com Patrícia, a aposentadoria é a mais acessada no Brasil da rotatividade, em que os trabalhadores têm dificuldade para manter longo período de emprego formal. Essa modalidade representa mais de 50% dos benefícios, 70% no caso das mulheres e 90% no caso dos rurais.

Patrícia desmentiu também a ideia de que não há idade mínima para se aposentar no país. Após 1998, lembrou, com a reforma proposta pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), se tornou necessário 15 anos de contribuição para aposentadoria integral. Temer aumenta para 25 anos.

“Em 2015, se pegássemos todos os trabalhadores que se aposentaram por idade, 79% não teriam conseguido o benefício porque não comprovariam 25 anos de contribuição. Em média, um brasileiro contribuiu durante somente nove meses no ano, por não conseguir se manter ao longo do ano todo no emprego. Assim, teria que trabalhar durante 34 anos para se aposentar. Mas aí teria outro problema, porque 18 milhões de brasileiros, 20% da força de trabalho do país, não consegue contribuir direto nem durante seis meses. E esses teriam de trabalhar por mais de 50 anos”, alertou a pesquisadora.

[Leia mais no link migre.me/wjMMd]

COHIDRO | AÇÕES DISSÍDIOS COLETIVOS

► ANO 2014 - Proc. 0001397-46.2016.5.20.0004, que busca o pagamento da diferença salarial no período de janeiro a junho, decorrente do reajuste concedido naquele ano. Hoje, aguarda sentença, após tentativa frustrada de negociação para pagamento.

► ANOS 2013 E 2015 - Proc. 0000343-57.2016.5.20.0000, que busca a concessão dos reajustes salariais e do auxílio-alimentação não concedidos. Aguarda prosseguimento no Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, após audiências para tentativa de conciliação restarem infrutíferas. No dia 23/3, o Ministério Público do Trabalho emitiu parecer recomendando "notificação da COHIDRO para que se manifeste sobre os pleitos formulados pelo SINDISAN: a) manter as cláusulas sociais, com as quais não houve divergência na negociação dos dois anos (2013 e 2015); b) conceder o reajuste salarial pleiteado de 5,26% e auxílio-alimentação de R\$ 350,00 para o ano de 2013, de forma retroativa à data base – 1º de fevereiro de 2013; c) conceder o reajuste salarial pleiteado de 7,13%, para o ano de 2015, de forma retroativa à data base – 1º de janeiro de 2015.



▲ **REGISTRO** | A OAB/SE realizou, no dia 13/3, com auditório lotado, audiência pública para debater os impactos de uma possível Privatização da DESO. Na ocasião, o presidente, Henri Clay Andrade, defendeu a água e o saneamento básico como bens fundamentais da sociedade. Ele vê inconstitucionalidade na forma como o processo está sendo encaminhado pelo governo Temer.